

SUMÁRIO

LIVRO I

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1. JURISDIÇÃO	3
1.1. Conceito	3
1.2. Equivalentes jurisdicionais	5
1.2.1. Autotutela	5
1.2.2. Autocomposição	6
1.2.3. Arbitragem	7
1.3. Escopos da jurisdição	9
1.4. Características principais	10
1.4.1. Caráter substitutivo	10
1.4.2. Lide	12
1.4.3. Inércia	13
1.4.4. Definitividade	15
1.5. Princípios da jurisdição	16
1.5.1. Investidura	16
1.5.2. Territorialidade (aderência ao território)	16
1.5.3. Indelegabilidade	17
1.5.4. Inevitabilidade	18
1.5.5. Inafastabilidade	19
1.5.6. Juiz natural	23
1.5.7. Promotor natural	24
1.6. Espécies de jurisdição	25

1.6.1. Jurisdição penal ou civil.....	25
1.6.2. Jurisdição superior ou inferior.....	26
1.6.3. Jurisdição comum e especial.....	26
1.7. Jurisdição voluntária	26
1.7.1. Características.....	26
1.7.1.1. Obrigatoriedade	26
1.7.1.2. Princípio inquisitivo	27
1.7.1.3. Juízo de equidade.....	28
1.7.1.4. Participação do Ministério Público como fiscal da lei.....	28
1.7.2. Natureza jurídica	29
1.7.2.1. Inexistência de caráter substitutivo	30
1.7.2.2. Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto	30
1.7.2.3. Ausência de lide.....	31
1.7.2.4. Não há partes, mas meros interessados.....	32
1.7.2.5. Não há processo, mas mero procedimento	32
1.7.2.6. Inexistência de coisa julgada material.....	33
1.8. Tutela jurisdicional.....	33
1.8.1. Espécie de crise jurídica.....	34
1.8.2. Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais	36
1.8.3. Coincidência de resultados com a satisfação voluntária	38
1.8.4. Espécie de técnicas procedimentais.....	41
2. PROCESSO	43
2.1. Introdução	43
2.1.1. Processo como procedimento.....	43
2.1.2. Processo como contrato	44
2.1.3. Processo como um quase contrato.....	44
2.1.4. Processo como relação jurídica.....	45
2.1.5. Processo como situação jurídica	45
2.1.6. Processo como procedimento em contraditório.....	46
2.1.7. Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório	46
2.1.8. Conclusão.....	47
2.2. Procedimento.....	47
2.3. Relação jurídica processual	47
2.3.1. Composição.....	47
2.3.2. Características.....	49
2.3.3. Pressupostos processuais	50
2.3.3.1. Pressupostos processuais subjetivos (juiz/juízo)	51
2.3.3.1.1. Investidura.....	51
2.3.3.1.2. Imparcialidade	51

2.3.3.1.3. Competência	52
2.3.3.2. Pressupostos processuais subjetivos (partes)	53
2.3.3.2.1. Capacidade de ser parte	53
2.3.3.2.2. Capacidade de estar em juízo	53
2.3.3.2.3. Capacidade postulatória.....	54
2.3.3.3. Pressupostos processuais objetivos	55
2.3.3.3.1. Pressupostos processuais objetivos extrínsecos.....	55
2.3.3.3.2. Pressupostos processuais objetivos intrínsecos.....	56
2.3.3.3.2.1. Demanda.....	56
2.3.3.3.2.2. Petição inicial apta.....	57
2.3.3.3.2.3. Citação válida	57
2.3.3.3.2.4. Regularidade formal	58
2.4. Princípios processuais.....	58
2.4.1. Devido processo legal.....	58
2.4.2. Contraditório	60
2.4.2.1. Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação ...	60
2.4.2.2. Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz.....	62
2.4.2.3. Contraditório como forma de evitar surpresa às partes.....	62
2.4.2.4. Contraditório inútil.....	63
2.4.2.5. Contraditório diferido (ou postecipado).....	64
2.4.3. Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório).....	65
2.4.4. Motivação das decisões	66
2.4.5. Isonomia	67
2.4.6. Publicidade dos atos processuais	69
2.4.7. Princípio da economia processual.....	70
2.4.8. Princípio da instrumentalidade das formas.....	71
2.4.9. Princípio da razoável duração do processo.....	72
2.4.10. Princípio da cooperação.....	74
2.4.11. Princípio da boa-fé e lealdade processual.....	74
3. AÇÃO	79
3.1. Teorias da ação.....	79
3.1.1. Teoria imanentista (civilista).....	79
3.1.2. Teoria concreta da ação	80
3.1.3. Teoria abstrata do direito de ação.....	81
3.1.4. Teoria eclética.....	82
3.1.5. Teoria da asserção	84
3.2. Condições da ação.....	85
3.2.1. Introdução.....	85

3.2.2. Possibilidade jurídica do pedido.....	85
3.2.3. Interesse de agir.....	87
3.2.4. Legitimidade.....	89
3.3. Elementos da ação.....	91
3.3.1. Introdução.....	91
3.3.2. Partes.....	91
3.3.3. Pedido.....	93
3.3.3.1. Certeza e determinação do pedido.....	93
3.3.3.2. Pedidos genéricos.....	94
3.3.3.2.1. Universalidade de bens.....	94
3.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano.....	94
3.3.3.2.3. Valor depender de ato a ser praticado pelo réu.....	97
3.3.3.3. Pedido implícito.....	97
3.3.3.4. Cumulação de pedidos.....	99
3.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos.....	99
3.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si ...	100
3.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos.	100
3.3.3.4.1.3. Identidade procedimental.....	101
3.3.3.4.2. Espécies de cumulação.....	102
3.3.4. Causa de pedir.....	104

4. COMPETÊNCIA.....	109
4.1. Introdução.....	109
4.2. Competência relativa e absoluta.....	110
4.2.1. Competência relativa.....	111
4.2.1.1. Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	111
4.2.1.2. Reconhecimento de ofício da incompetência relativa.....	112
4.2.1.3. Momento para alegação da incompetência relativa.....	114
4.2.1.4. Forma de alegação da afronta à regra de competência relativa.....	115
4.2.1.5. Acolhimento da exceção e atos processuais já praticados.....	116
4.2.2. Competência absoluta.....	116
4.2.2.1. Legitimado para arguir a incompetência absoluta.....	116
4.2.2.2. Forma de alegação da incompetência absoluta.....	117
4.2.2.3. Reconhecimento da incompetência absoluta - atos praticados.....	118
4.2.2.4. Momento de arguição da incompetência absoluta.....	119
4.2.3. Esquema comparativo entre competência absoluta e competência relativa.....	119

4.3. Critérios para fixação da competência.....	120
4.4. Competência internacional.....	121
4.4.1. Introdução – princípio da efetividade.....	121
4.4.2. Competência internacional concorrente e exclusiva.....	122
4.4.3. Litispendência internacional.....	122
4.5. Espécies de competência.....	123
4.5.1. Competência territorial.....	123
4.5.1.1. Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 94 do CPC.....	123
4.5.1.2. Direito real imobiliário – art. 95 do CPC.....	125
4.5.1.3. Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade e ações em que o espólio for réu – art. 96 do CPC.....	127
4.5.1.4. Réu ausente – art. 97 do CPC.....	127
4.5.1.5. Réu incapaz – art. 98 do CPC.....	128
4.5.1.6. União.....	128
4.5.1.7. Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF.....	128
4.5.1.8. Ação de separação, conversão de separação em divórcio e anulação de casamento – art. 100, I, do CPC.....	129
4.5.1.9. Ação de alimentos – art. 100, II, do CPC.....	130
4.5.1.10. Anulação de títulos extraviados ou destruídos – art. 100, III, do CPC.....	131
4.5.1.11. Pessoa jurídica como réu – art. 100, IV, <i>a</i> , do CPC.....	132
4.5.1.12. Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 100, IV, <i>b</i> , do CPC.....	132
4.5.1.13. Sociedade que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 100, IV, <i>c</i> , do CPC.....	132
4.5.1.14. Obrigação a ser cumprida – art. 100, IV, <i>d</i> , do CPC.....	132
4.5.1.15. Reparação de dano – art. 100, V, do CPC.....	133
4.5.1.16. Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 100, V, <i>b</i> , do CPC.....	133
4.5.1.17. Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 100, parágrafo único, do CPC.....	134
4.5.2. Competência funcional.....	134
4.5.2.1. Conceito.....	134
4.5.2.2. Competência funcional ou competência territorial absoluta?..	135
4.5.2.2.1. Art. 95 do CPC – ações reais imobiliárias.....	136
4.5.2.2.2. Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública.....	137
4.5.3. Competência em razão da matéria.....	138
4.5.4. Competência em razão da pessoa.....	139
4.5.5. Competência em razão do valor da causa.....	139
4.5.5.1. Juizados Especiais Estaduais (Lei 9.099/1995).....	140
4.5.5.2. Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001.....	141

4.5.5.3. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009.....	142
4.5.5.4. Foros regionais (distritais)	142
4.6. Competência da Justiça Federal	143
4.6.1. Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>).....	143
4.6.1.1. Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”	143
4.6.1.1.1. Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal	144
4.6.1.1.2. Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo.....	145
4.6.1.1.3. União Federal e ação de usucapião	145
4.6.1.1.4. Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual	146
4.6.1.1.5. Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta.....	147
4.6.1.2. Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”.....	147
4.6.1.3. Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”.....	148
4.6.2. Competência em razão da matéria (<i>ratio materiae</i>).....	148
4.6.2.1. Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”....	148
4.6.2.2. Inciso X –“(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”.....	149
4.6.2.3. Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”	149
4.6.2.4. Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”.....	150
4.7. Prorrogação de competência	150
4.7.1. Conceito.....	150
4.7.2. Prorrogação legal.....	151
4.7.2.1. Conexão e continência.....	151
4.7.2.1.1. Conceito	151
4.7.2.1.2. Identidade da causa de pedir ou pedido – integral ou parcial?.....	152
4.7.2.1.3. <i>Ratio</i> da conexão e a insuficiência do disposto no art. 103 do CPC	152
4.7.2.1.4. Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão	153

4.7.2.2. Ausência de ingresso pelo réu de exceção declinatória de foro	154
4.7.3. Prorrogações voluntárias	155
4.7.3.1. Eleição de foro	155
4.7.3.2. Vontade unilateral do autor	156
4.8. Prevenção	156
4.8.1. Conceito	156
4.8.2. Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição	156
4.9. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 87 do CPC	157
4.10. Conflito de competência	159
4.10.1. Conceito	159
4.10.2. Legitimidade	160
4.10.3. Competência para o julgamento do conflito	161
4.10.4. Procedimento	162
5. LITISCONSÓRCIO	165
5.1. Conceito	165
5.2. Hipóteses de cabimento	166
5.3. Classificação do litisconsórcio	167
5.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto	167
5.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente)	168
5.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo	169
5.3.4. Litisconsórcio unitário e simples	170
5.4. Limitação do litisconsórcio facultativo	171
5.4.1. Reconhecimento de ofício pelo juiz	171
5.4.2. Pedido da parte	172
5.4.3. Litisconsórcio recusável?	173
5.4.4. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo ...	174
5.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções	175
5.6. Litisconsórcio ativo necessário?	177
5.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?	180
5.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário	181
5.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo	183
5.10. Dinâmica entre os litisconsortes	183
5.10.1. Atos de disposição de direito	184
5.10.2. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 320, I, do CPC) ..	184
5.10.3. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 509, <i>caput</i> , do CPC)	185

5.10.4. Produção da prova	186
5.10.5. A confissão e o litisconsórcio.....	187
5.10.6. Prazo para os litisconsortes.....	188
6. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	191
6.1. Intervenções típicas e atípicas.....	191
6.1.1. Processo/fase de conhecimento.....	192
6.1.1.1. <i>Amicus curiae</i>	192
6.1.1.2. Intervenções da Lei 9.469/1997.....	197
6.1.1.3. Ação de alimentos	198
6.1.2. Processo/fase de execução.....	201
6.1.3. Processo cautelar	202
6.2. Assistência	203
6.2.1. Introdução.....	203
6.2.2. Assistência simples (adesiva)	204
6.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada).....	205
6.2.3.1. Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo unitário?... 206	
6.2.4. Procedimento da assistência.....	207
6.2.5. Os poderes do assistente simples	210
6.2.6. Os poderes do assistente litisconsorcial.....	212
6.2.7. Imutabilidade da justiça da decisão	212
6.2.8. Coisa julgada, justiça da decisão e coisa julgada	213
6.3. Oposição	215
6.3.1. Conceito e natureza jurídica	215
6.3.2. Espécies de oposição	216
6.3.2.1. Intervenção de terceiro (art. 59 do CPC).....	216
6.3.2.2. Oposição como ação.....	217
6.3.2.3. Oposição após a sentença?	217
6.3.3. Procedimento	218
6.3.4. Recurso cabível contra decisão da oposição	219
6.3.5. Demanda bifronte	220
6.4. Nomeação à autoria.....	221
6.4.1. Conceito.....	221
6.4.2. Hipóteses de cabimento.....	223
6.4.2.1. Nomeação à autoria pelo mero detentor (art. 62 do CPC)	223
6.4.2.2. Nomeação à autoria pelo mandatário em demandas de reparação de dano (art. 63 do CPC)	224
6.4.3. Procedimento	225
6.5. Denúnciação da lide	228

6.5.1. Conceito.....	228
6.5.2. Hipóteses de cabimento.....	229
6.5.2.1. Denúnciação da lide pelo comprador evicto	229
6.5.2.2. Denúnciação da lide do possuidor direto (art. 70, II, do CPC)...	230
6.5.2.3. Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 70, III, do CPC).....	231
6.5.3. Obrigatoriedade	233
6.5.4. Qualidade processual do denunciado	234
6.5.5. Denúnciação sucessiva	237
6.5.6. Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	238
6.5.7. Procedimento da denúnciação pelo réu.....	239
6.6. Chamamento ao processo.....	241
6.6.1. Conceito.....	241
6.6.2. Hipóteses de cabimento.....	243
6.6.3. Procedimento	244
6.6.4. Chamamento ao processo no direito do consumidor	245

7. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....

7.1. Introdução	247
7.2. Sumariedade formal.....	248
7.3. Valor da causa (art. 275, I, do CPC).....	249
7.4. Matérias (art. 275, II, do CPC).....	250
7.4.1. Arrendamento rural e parceria agrícola	250
7.4.2. Cobranças ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.....	251
7.4.3. Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.....	251
7.4.4. Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.....	252
7.4.5. Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução	252
7.4.6. Cobrança de honorários de profissionais liberais	252
7.4.7. Causas que versem sobre a revogação de doação.....	253
7.4.8. Demais casos previstos em lei	253
7.5. Petição inicial	253
7.6. Citação	254
7.7. Audiência de conciliação.....	256
7.8. Presença das partes e patronos na audiência de conciliação.....	257
7.9. Resposta do réu	258
7.10. Casos de conversão em rito ordinário.....	260
7.11. Intervenção de terceiros	261

8. VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	263
8.1. Introdução	263
8.2. Vício e nulidade.....	264
8.3. Classificação	266
8.4. Mera irregularidade	267
8.5. Nulidades relativas.....	268
8.6. Nulidade absoluta	270
8.7. Inexistência jurídica	272
8.8. Efeito expansivo e confinamento das nulidades	273

LIVRO II

CONHECIMENTO

9. PETIÇÃO INICIAL	277
9.1. Introdução	277
9.2. Requisitos estruturais da petição inicial	278
9.2.1. Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial.....	278
9.2.2. Indicação das partes e sua qualificação.....	279
9.2.3. Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.....	280
9.2.4. Pedido.....	281
9.2.5. Valor da causa	281
9.2.6. Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	283
9.2.7. Requerimento para citação do réu	284
9.3. Documentos indispensáveis à propositura da demanda	285
10. POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL	287
10.1. Introdução.....	287
10.2. Emenda da petição inicial.....	288
10.3. Indeferimento da petição inicial.....	289
10.3.1. Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação ..	289
10.3.2. Hipóteses de indeferimento da petição inicial (art. 295, parágrafo único, do CPC).....	291
10.3.2.1. Inépcia da petição inicial	291
10.3.2.2. Manifesta ilegitimidade de parte	292
10.3.2.3. Falta de interesse de agir	292
10.3.2.4. Prescrição e decadência	292
10.3.2.5. Procedimento inadequado.....	293

10.3.2.6. Ausência de indicação do nome do patrono do autor e não realização de emenda	294
10.4. Julgamento de improcedência liminar	294
10.4.1. Introdução	294
10.4.2. Requisitos para o julgamento de improcedência liminar	295
10.4.3. Conduta do juiz	296
10.4.4. Julgamento parcial de improcedência liminar?	297
10.4.5. Julgamento da apelação pelo tribunal	298
10.5. Citação	300
10.5.1. Conceito	300
10.5.2. Efeitos da citação	301
10.5.2.1. Efeitos processuais	302
10.5.2.1.1. Indução à litispendência	302
10.5.2.1.2. Prevenção do juízo	303
10.5.2.1.3 Estabilização da demanda	304
10.5.2.2. Efeitos materiais	305
10.5.2.2.1. Tornar a coisa litigiosa	305
10.5.2.2.2. Interrupção da prescrição	306
10.5.2.2.3. Constituição em mora do devedor	307
10.5.3. Modalidades de citação	307
10.5.3.1. Correio	307
10.5.3.2. Oficial de justiça	309
10.5.3.3. Edital	311
10.5.3.4. Meio eletrônico	312
11. RESPOSTAS DO RÉU	315
11.1. Introdução	315
11.2. Reconhecimento jurídico do pedido	316
11.3. Impugnação ao valor da causa	317
11.4. Impugnação à concessão dos benefícios da assistência judiciária	318
11.5. Contestação	320
11.5.1. Defesas processuais	320
11.5.1.1. Defesas dilatórias	321
11.5.1.1.1. Inexistência ou nulidade de citação (art. 301, I, do CPC)	321
11.5.1.1.2. Incompetência absoluta do juízo (art. 301, II, do CPC) ..	322
11.5.1.1.3. Conexão/continência (art. 301, VII, do CPC)	322
11.5.1.2. Defesas peremptórias	323
11.5.1.2.1. Inépcia da petição inicial (art. 301, III, do CPC)	323
11.5.1.2.2. Perempção (art. 301, IV, do CPC)	323

11.5.1.2.3. Litispendência (art. 301, V, do CPC).....	324
11.5.1.2.4. Coisa julgada (art. 301, VI, do CPC).....	325
11.5.1.2.5. Convenção de arbitragem (art. 301, IX, do CPC).....	325
11.5.1.2.6. Carência da ação (art. 301, X, do CPC).....	326
11.5.1.3. Defesas dilatórias potencialmente peremptórias	326
11.5.1.3.1. Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 301, VIII, do CPC).....	326
11.5.1.3.2. Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar (art. 301, XI, do CPC).....	327
11.5.2. Defesas de mérito.....	328
11.5.2.1. Defesa de mérito direta.....	328
11.5.2.2. Defesa de mérito indireta.....	328
11.5.3. Princípio da impugnação específica dos fatos	329
11.5.4. Princípio da eventualidade.....	330
11.6. Exceções rituais.....	331
11.6.1. Teoria geral das exceções	332
11.6.1.1. Legitimidade para alegação	332
11.6.1.2. Momento de alegação.....	332
11.6.1.3. Órgão competente para decidir a exceção.....	333
11.6.1.4. Prazo para a interposição da exceção.....	333
11.6.1.5. Termo inicial da contagem de prazo.....	334
11.6.1.6. Momento de suspensão do procedimento principal	334
11.6.1.6.1. Suspensão imprópria.....	335
11.6.1.6.2. Momento final da suspensão	335
11.6.2. Exceção de incompetência relativa	336
11.6.2.1. Prazo de interposição.....	336
11.6.2.2. Forma de alegação.....	336
11.6.2.3. Interposição no foro de domicílio do réu	338
11.6.2.4. Conteúdo da exceção de incompetência	339
11.6.2.5. Procedimento da exceção	340
11.6.3. Exceção de suspeição e impedimento.....	341
11.6.3.1. Procedimento.....	341
11.7. Reconvenção.....	343
11.7.1. Conceito	343
11.7.2. Condições da ação.....	344
11.7.2.1. Legitimidade de parte.....	344
11.7.2.2. Interesse de agir	347
11.7.2.3. Possibilidade jurídica do pedido	349
11.7.3. Pressupostos processuais	350
11.7.4. Procedimento.....	351
11.8. Ação declaratória incidental.....	353

11.8.1. Ação declaratória incidental e reconvenção	354
12. REVELIA	355
12.1. Conceito	355
12.2. Efeitos	356
12.2.1. Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros	356
12.2.2. Desnecessidade de intimação do réu revel	360
12.2.3. Julgamento antecipado do mérito	360
12.3. Modificação objetiva da demanda	361
12.4. Ingresso do réu revel no processo	363
12.4.1. Participação do réu revel no procedimento probatório	364
12.4.1.1. Provas causais	364
12.4.1.2. Provas pré-constituídas	365
13. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	367
13.1. Providências preliminares	367
13.2. Julgamento conforme o estado do processo	368
13.2.1. Introdução	368
13.2.2. Extinção do processo sem a resolução do mérito	369
13.2.3. Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 269, II a V, do CPC	369
13.2.4. Julgamento antecipado da lide	370
13.2.5. Saneamento do processo	372
14. PROVAS	377
14.1. Teoria geral das provas	377
14.1.1. Conceito de prova	377
14.1.2. Espécies de prova	378
14.1.3. A verdade possível e a verossimilhança	379
14.1.4. A caducidade das expressões "verdade formal" e "verdade real" ..	380
14.1.5. Direito à prova no processo civil	382
14.1.6. Objeto da prova	383
14.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 334 do CPC)	384
14.1.6.2. Relevância e pertinência	384
14.1.6.3. Fatos notórios	384
14.1.6.4. Ausência de controvérsia	385
14.1.6.5. Presunção	385
14.1.6.6. Prova do direito (art. 337 do CPC)	387

14.1.7. Ônus da prova	387
14.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova (art. 333 do CPC)...	388
14.1.7.2. Inversão do ônus da prova	389
14.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova	391
14.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais	392
14.1.8. Os poderes instrutórios do juiz	392
14.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória	395
14.1.10. Valoração da prova.....	395
14.1.11. Prova emprestada.....	397
14.1.12. Prova ilícita.....	398
14.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas.....	399
14.1.13. Provas atípicas.....	401
14.2. Provas em espécie	402
14.2.1. Depoimento pessoal.....	402
14.2.1.1. Conceito	402
14.2.1.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal	403
14.2.1.3. Consequências do depoimento pessoal.....	404
14.2.1.4. Procedimento.....	406
14.2.1.5. Diferenças entre interrogatório e depoimento pessoal.....	407
14.2.2. Da confissão	408
14.2.2.1. Conceito	408
14.2.2.2. Espécies de confissão	409
14.2.2.3. Indivisibilidade da confissão.....	410
14.2.2.4. Invalidação da confissão	411
14.2.3. Da exibição de documento ou coisa	412
14.2.3.1. Conceito	412
14.2.3.2. Aspectos procedimentais comuns	413
14.2.3.3. Procedimento contra a parte contrária.....	414
14.2.3.4. Procedimento contra terceiro	416
14.2.4. Da prova documental.....	417
14.2.4.1. Conceito.....	417
14.2.4.2. Documento público e sua força probante	417
14.2.4.3. Documento particular e sua força probante.....	418
14.2.4.4. Incidente de falsidade documental.....	420
14.2.4.4.1. Natureza jurídica e objeto.....	420
14.2.4.4.2. Procedimento	421
14.2.4.5. Produção da prova documental	423
14.2.5. Da prova testemunhal.....	424
14.2.5.1. Conceito.....	424
14.2.5.2. Cabimento.....	425

14.2.5.3. Sujeitos que podem testemunhar	426
14.2.5.4. Direitos e deveres da testemunha	427
14.2.5.5. Produção da prova testemunhal	429
14.2.6. Da prova pericial	432
14.2.6.1. Conceito e espécies	432
14.2.6.2. Cabimento	432
14.2.6.3. Procedimento	434
14.2.6.3.1. Indicação do perito	434
14.2.6.3.2. Escusa do perito	435
14.2.6.3.3. Prova pericial complexa	435
14.2.6.3.4. Substituição do perito	436
14.2.6.3.5. Atos preparatórios	437
14.2.6.3.6. Intimação prévia das partes	438
14.2.6.3.7. Apresentação do laudo	438
14.2.6.4. Prova pericial e audiência de instrução e julgamento	439
14.2.6.5. Segunda perícia	440
14.2.6.6. Princípio da persuasão racional e a prova pericial	440
14.2.7. Da inspeção judicial	441
14.2.7.1. Conceito	441
14.2.7.2. Procedimento	442
15. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	445
15.1. Introdução	445
15.2. Procedimento	446
15.2.1. Abertura e pregão das partes	447
15.2.2. Conciliação (tentativa de autocomposição)	447
15.2.3. Fixação dos pontos controvertidos	448
15.2.4. Esclarecimentos do perito	449
15.2.5. Depoimento pessoal	449
15.2.6. Oitiva das testemunhas	449
15.2.7. Debates orais	449
15.2.8. Prolação da sentença	450
15.3. Audiência una e contínua	451
15.4. Adiamento da audiência	452
16. SENTENÇA	455
16.1. Conceito legal de sentença	455
16.2. Classificação das sentenças	458
16.2.1. Conteúdo da sentença	458
16.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária	458

16.2.1.2. Sentença meramente declaratória	460
16.2.1.3. Sentença constitutiva	462
16.2.1.4. Sentença condenatória	463
16.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i>	464
16.2.1.6. Sentença mandamental	465
16.2.2. Resolução de mérito	465
16.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 267 do CPC)	466
16.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial	466
16.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes	466
16.2.2.1.3. Abandono do processo	467
16.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo	468
16.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência	469
16.2.2.1.6. Carência da ação	470
16.2.2.1.7. Convenção de arbitragem	471
16.2.2.1.8. Desistência da ação	472
16.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis	472
16.2.2.1.10. Confusão entre autor e réu	473
16.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 269 do CPC)	474
16.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido	475
16.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido	475
16.2.2.2.3. Transação	476
16.2.2.2.4. Prescrição e decadência	476
16.2.2.2.5. Renúncia	476
16.3. Requisitos da sentença	477
16.3.1. Relatório	477
16.3.2. Fundamentação	478
16.3.3. Dispositivo	479
16.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença	480
16.4. Princípio da congruência	480
16.4.1. Conceito	480
16.4.2. Exceções ao princípio da congruência	481
16.5. Sentença <i>extra petita</i>	482
16.5.1. Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i>	483
16.6. Sentença <i>ultra petita</i>	484
16.6.1. Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i>	485
16.7. Sentença <i>citra petita</i> (<i>infra petita</i>)	485
16.7.1. Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i>	487
16.8. Capítulos de sentença	489

17. COISA JULGADA	491
17.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	491
17.2. Coisa julgada total e parcial.....	492
17.3. Conceito e natureza jurídica	493
17.4. Função negativa da coisa julgada	495
17.5. Função positiva da coisa julgada.....	496
17.6. Limites objetivos da coisa julgada	498
17.7. Limites subjetivos da coisa julgada	500
17.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	502
17.9. Coisa julgada nas relações continuativas	503
17.10. Relativização da coisa julgada	504
17.10.1. Introdução.....	504
17.10.2. Coisa julgada inconstitucional	505
17.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional	508
17.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	512
17.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	516

LIVRO III

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

18. CONCEITO DE RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	521
18.1. Introdução.....	521
18.1.1. Sucedâneos recursais internos.....	523
18.1.1.1. Reexame necessário.....	523
18.1.1.2. Correição parcial.....	525
18.1.1.3. Pedido de reconsideração	526
18.1.1.4. Impugnação e embargos à execução	527
18.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação). 527	
19. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	529
19.1. Introdução.....	529
19.2. Objeto imediato do recurso	529
19.3. Fundamentação recursal (causa de pedir)	530
19.4. Abrangência da matéria impugnada.....	531
19.5. Independência ou subordinação.....	532

20. EFEITOS DOS RECURSOS	537
20.1. Introdução.....	537
20.2. Efeito obstativo.....	537
20.3. Efeito devolutivo.....	538
20.4. Efeito suspensivo.....	541
20.5. Efeito translativo.....	543
20.6. Efeito expansivo.....	545
20.7. Efeito substitutivo.....	547
20.8. Efeito regressivo.....	547
20.9. Efeito diferido.....	548
21. PRINCÍPIOS RECURSAIS	549
21.1. Duplo grau de jurisdição.....	549
21.1.1. Conceito.....	549
21.1.2. Vantagens do duplo grau de jurisdição.....	551
21.1.3. Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	552
21.1.4. O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?.....	553
21.2. Taxatividade (legalidade).....	554
21.3. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	555
21.4. Voluntariedade.....	557
21.5. Dialeticidade.....	558
21.6. Fungibilidade.....	559
21.6.1. Dúvida fundada a respeito do recurso cabível.....	560
21.6.2. Inexistência de erro grosseiro.....	561
21.6.3. Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor.....	562
21.7. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	563
21.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	564
21.9. Complementaridade.....	565
21.10. Consumação.....	566
22. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	569
22.1. Introdução.....	569
22.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal.....	571
22.2.1. Cabimento.....	571
22.2.2. Legitimidade recursal.....	573
22.2.2.1. Partes.....	573
22.2.2.2. Terceiro prejudicado.....	575
22.2.2.3. Ministério Público.....	576

22.2.3. Interesse recursal.....	577
22.2.3.1. Necessidade.....	577
22.2.3.2. Adequação.....	580
22.2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extinto do direito de recorrer....	581
22.2.4.1. Desistência.....	581
22.2.4.2. Renúncia.....	582
22.2.4.3. Aquiescência.....	583
22.3. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal.....	584
22.3.1. Tempestividade.....	584
22.3.2. Preparo.....	587
22.3.3. Regularidade formal.....	590
23. JUÍZO DE MÉRITO.....	593
23.1. Introdução.....	593
23.2. Causa de pedir: <i>error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i>	594
23.3. Pedido.....	595
24. APELAÇÃO.....	597
24.1. Cabimento.....	597
24.2. Procedimento.....	598
24.2.1. Introdução.....	598
24.2.2. Procedimento no 1.º grau de jurisdição.....	599
24.2.3. Procedimento no tribunal de segundo grau.....	601
24.3. Súmula impeditiva de recursos (art. 518, § 1.º, do CPC).....	602
24.4. Saneamento de vícios durante o julgamento da apelação (art. 515, § 4.º, do CPC).....	603
24.5. Novas questões de fato (art. 517 do CPC).....	606
24.6. Teoria da causa madura.....	607
25. AGRAVO.....	611
25.1. Introdução.....	611
25.2. Agravos contra decisões interlocutórias de primeiro grau.....	612
25.2.1. Cabimento de agravo retido e de agravo de instrumento.....	612
25.2.1.1. Agravo retido.....	615
25.2.1.1.1. Agravo retido interposto de forma escrita.....	616
25.2.1.1.2. Juízo de retratação e termo inicial de prazo para as contrarrazões.....	616
25.2.1.1.3. Agravo retido oral.....	617
25.2.1.1.4. Tempo de duração do agravo retido.....	618

25.2.1.1.5. A postura do agravado diante da interposição oral do agravo retido.....	619
25.2.1.1.6. A conversão do agravo de instrumento em retido.....	620
25.2.1.1.7. Pedido de julgamento na apelação ou contrarrazões...	623
25.2.1.1.8. Julgamento do agravo retido no tribunal.....	624
25.2.1.2. Agravo de instrumento.....	625
25.2.1.2.1. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais	625
25.2.1.2.1.1. Peças obrigatórias	627
25.2.1.2.1.2. Peças facultativas	628
25.2.1.2.1.3. Peças essenciais	629
25.2.1.2.2. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau	630
25.2.1.2.3. Procedimento	632
25.2.1.2.3.1. Distribuição (art. 527, <i>caput</i> , do CPC).....	632
25.2.1.2.3.2. Negativa de seguimento liminar (art. 527, I, do CPC)	632
25.2.1.2.3.3. Conversão em agravo retido	633
25.2.1.2.3.4. Tutela de urgência	634
25.2.1.2.3.5. Requisição de informações	636
25.2.1.2.3.6. Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões	637
25.2.1.2.3.7. Oitiva do Ministério Público	638
25.2.1.2.3.8. Julgamento do agravo.....	638
25.2.1.2.3.9. Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença	639
25.3. Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau.....	642
25.3.1. Agravo regimental	642
25.3.2. Agravo interno.....	644
25.3.2.1. Julgamento de conflito de competência (art. 120, parágrafo único).....	644
25.3.2.2. Juízo de admissibilidade dos embargos infringentes. Decisão que nega conhecimento ao recurso (art. 532 do CPC)	645
25.3.2.3. Decisão que não admite o agravo de instrumento contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e recurso extraordinário	646
25.3.2.4. Decisão monocrática do relator com base no art. 557 do CPC.....	647
25.3.2.5. Procedimento.....	648
25.3.2.5.1. Juízo de retratação.....	648
25.3.2.5.2. Inclusão em pauta.....	650
25.3.2.5.3. Contraditório.....	650
25.3.2.5.4. Agravo interno manifestamente inadmissível ou infundado.....	651

25.3.3. Agravo de instrumento contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e extraordinário	652
25.3.3.1. Introdução	652
25.3.3.2. Cabimento	653
25.3.3.3. Requisitos formais	653
25.3.3.4. Procedimento	654

26. EMBARGOS INFRINGENTES

26.1. Cabimento	657
26.1.1. Hipóteses atípicas de cabimento	659
26.2. Objeto dos embargos infringentes	661
26.3. Efeitos dos embargos infringentes	663
26.4. Procedimento	664

27. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

27.1. Natureza jurídica	667
27.2. Cabimento	668
27.2.1. Pronunciamentos recorríveis	668
27.2.2. Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração	669
27.3. Procedimento	672
27.4. Efeito interruptivo dos embargos de declaração	674
27.4.1. Embargos de declaração intempestivos	674
27.5. Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i>	675
27.6. Manifesto caráter protelatório	676
27.7. Embargos de declaração atípicos	677
27.7.1. Embargos de declaração com efeito modificativo	678
27.7.2. Embargos de declaração com efeitos infringentes	679

28. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

28.1. Introdução	681
28.2. Cabimento	682
28.2.1. Causas internacionais	682
28.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança	683
28.2.3. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção	684

29. RECURSO ESPECIAL

29.1. Hipóteses de cabimento	685
29.1.1. Pressupostos cumulativos	685

29.1.1.1. Decisão de única ou última instância	685
29.1.1.2. Decisão proferida por tribunal	686
29.1.1.3. Prequestionamento	687
29.1.2. Pressupostos alternativos.....	688
29.1.2.1. Decisão contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal..	689
29.1.2.2. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	690
29.1.2.3. Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	690
30. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	693
30.1. Hipóteses de cabimento	693
30.1.1. Pressupostos cumulativos.....	693
30.1.1.1. Decisão de única ou última instância	693
30.1.1.2. Prequestionamento	694
30.1.1.3. Repercussão geral.....	695
30.1.2. Requisitos específicos	701
30.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional	701
30.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	702
30.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	703
30.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal.....	703
31. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	705
31.1. Procedimento	705
31.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	707
31.3. Efeitos dos recursos federais	710
31.3.1. Efeito devolutivo.....	710
31.3.2. Efeito suspensivo.....	711
31.4. Recursos excepcionais retidos	713
31.5. Julgamento por amostragem	715
32. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	719
32.1. Introdução.....	719
32.2. Cabimento.....	719
32.2.1. Acórdão embargado	720
32.2.2. Acórdão paradigma.....	721

33. AÇÃO RESCISÓRIA	723
33.1. Natureza jurídica	723
33.2. Conceito de rescindibilidade.....	724
33.3. Objeto da rescisão.....	724
33.4. Hipóteses de cabimento.....	726
33.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	726
33.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo.....	727
33.4.3. Dolo da parte vencedora e colusão das partes para fraudar a lei... 728	
33.4.4. Ofensa à coisa julgada	728
33.4.5. Violar literal disposição de lei	729
33.4.6. Prova falsa	730
33.4.7. Obtenção de documento novo.....	731
33.4.8. Fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença.....	732
33.4.9. Erro de fato.....	733
33.5. Legitimidade	734
33.6. Competência	736
33.7. Prazo.....	737
33.8. Ação executória e execução do julgado.....	738
33.9. Procedimento	739
33.9.1. Petição inicial	739
33.9.2. Reações do juiz diante da petição inicial.....	742
33.9.3. Resposta do réu.....	742
33.9.4. Atividade saneadora.....	743
33.9.5. Fase probatória.....	743
33.9.6. Manifestações finais	744
33.9.7. Julgamento	744

LIVRO IV

EXECUÇÃO

34. FORMAS EXECUTIVAS	749
34.1. Introdução.....	749
34.2. Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva.....	749
34.3. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta).....	753
35. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	757
35.1. Introdução.....	757

35.2. <i>Nulla executio sine titulo</i>	757
35.3. Patrimonialidade.....	759
35.4. Desfecho único e disponibilidade da execução	759
35.5. Utilidade.....	762
35.6. Menor onerosidade	763
35.7. Lealdade e boa-fé processual	763
35.8. Contraditório.....	766
36. PARTES NA EXECUÇÃO	769
36.1. Introdução.....	769
36.2. Diferentes espécies de legitimidade na execução.....	770
36.2.1. Polo ativo.....	770
36.2.2. Polo passivo.....	771
36.3. Legitimação ativa	771
36.3.1. Credor a quem a lei confere título executivo	771
36.3.2. Legitimidade do Ministério Público.....	772
36.3.3. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores	774
36.3.4. Legitimidade do cessionário e do sub-rogado.....	775
36.4. Legitimidade passiva	776
36.4.1. Sujeito que figura no título como devedor	776
36.4.2. Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores.....	776
36.4.3. Novo devedor	777
36.4.4. Fiador judicial.....	777
36.4.5. Responsável tributário.....	779
36.4.6. Legitimidade do responsável secundário.....	780
36.5. Intervenção de terceiros na execução	782
36.5.1. Intervenções típicas.....	782
36.5.2. Intervenções atípicas	784
37. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO	787
37.1. Competência da execução de título executivo judicial.....	787
37.1.1. Introdução	787
37.1.2. Competência executiva dos tribunais.....	787
37.1.3. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição	789
37.1.3.1. Exceções à regra do art. 475-P, II, do CPC	789
37.1.3.2. Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	790
37.1.3.3. A regra do art. 475-P, II, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	791

37.1.4. Competência para a fase de satisfação de sentença arbitral, decisão homologatória de sentença estrangeira e sentença arbitral	793
37.2. Competência da execução de título extrajudicial.....	794
37.3. Competência no processo de insolvência civil	796
38. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	797
38.1. Obrigação e responsabilidade patrimonial.....	797
38.2. Inexistência de responsabilidade pessoal.....	798
38.3. Bens que respondem pela satisfação na execução.....	799
38.4. Impenhorabilidade de bens	800
38.4.1. Patrimônio mínimo e dignidade humana.....	800
38.4.2. As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro	801
38.4.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução.....	802
38.4.2.2. Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 649, II, do CPC).....	802
38.4.2.3. Vestuários e pertencentes de uso pessoal	804
38.4.2.4. Ganhos aptos a manter a subsistência do executado	804
38.4.2.5. Bens necessários ou úteis ao exercício profissional.....	806
38.4.2.6. Seguro de vida	808
38.4.2.7. Materiais necessários para obras em andamento.....	808
38.4.2.8. Pequena propriedade rural trabalhada pela família.....	809
38.4.2.9. Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social	809
38.4.2.10. Valores depositados em caderneta de poupança.....	810
38.4.2.11. Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político.....	810
38.5. Responsabilidade patrimonial secundária.....	811
38.5.1. Bens do sucessor a título singular	811
38.5.2. Bens do sócio, nos termos da lei	812
38.5.3. Bens do devedor, quando estiverem em poder de terceiros.....	814
38.5.4. Bens do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação respondem pela dívida	814
38.5.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução	817
38.6. Fraudes do devedor.....	817
38.6.1. Fraude contra credores.....	817
38.6.2. Fraude à execução.....	819
38.6.3. Fraude de bem constrito judicialmente	822

39. TÍTULO EXECUTIVO	823
39.1. Introdução.....	823
39.2. Títulos executivos judiciais.....	826
39.2.1. Sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de uma obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia	826
39.2.2. Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	829
39.2.3. Sentença homologatória de transação e de conciliação.....	832
39.2.4. Sentença arbitral.....	833
39.2.5. Acordo extrajudicial de qualquer natureza homologado judicialmente	833
39.2.6. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	834
39.2.7. Formal e certidão de partilha	835
39.3. Títulos executivos extrajudiciais.....	835
39.3.1. Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque..	836
39.3.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.....	837
39.3.3. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e de caução, bem como de seguro de vida.....	839
39.3.4. Crédito decorrente de foro e laudêmio.....	840
39.3.5. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	840
39.3.6. Crédito de serventuário da justiça, de perito, de intérprete e tradutor quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.....	841
39.3.7. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	842
39.3.8. Todos os demais títulos, a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva	842
40. EXECUÇÃO PROVISÓRIA	845
40.1. Conceito	845
40.2. Execução provisória de título executivo extrajudicial	846
40.3. Caução na execução provisória	848
40.4. Dispensa da caução	851
40.5. Responsabilidade objetiva do exequente	853

40.6. Formalização dos autos da execução provisória	854
40.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	855

41. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	857
41.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	857
41.2. Títulos que podem ser objeto de liquidação.....	859
41.3. Vedação à sentença ilíquida.....	859
41.4. Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo..	861
41.5. Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?..	862
41.6. Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada.....	864
41.7. Liquidação como forma de frustração da execução: valor zero e ausência de provas do dano.....	865
41.8. Natureza jurídica da liquidação.....	867
41.9. Legitimidade ativa.....	868
41.10. Competência.....	869
41.11. Regra da fidelidade ao título executivo (art. 475-G do CPC)	869
41.12. Liquidação por mero cálculo aritmético do credor.....	871
41.12.1. Introdução.....	871
41.12.2. Dados necessários à elaboração dos cálculos em poder do executado ou de terceiros.....	871
41.12.3. Consequência da ausência de exibição de dados.....	872
41.12.4. Remessa dos autos ao contador.....	874
41.12.5. Procedimento da remessa dos autos ao contador.....	875
41.13. Liquidação por arbitramento.....	876
41.13.1. Cabimento.....	876
41.13.2. Procedimento.....	877
41.14. Liquidação por artigos.....	878

42. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	881
42.1. Introdução.....	881
42.2. Aspectos procedimentais	882
42.3. Tutela específica e conversão em perdas e danos	883
42.3.1. Vontade do exequente.....	883
42.3.2. Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente.....	885
42.3.3. Procedimento da conversão em perdas e danos.....	885
42.4. Atipicidade das formas executivas	886
42.4.1. Prisão civil.....	887

42.5. Multa coercitiva	888
42.5.1. Introdução	888
42.5.2. Valor da multa	889
42.5.3. Beneficiário pela multa	890
42.5.4. Fazenda Pública em juízo	891
42.5.5. Alteração do valor e periodicidade da multa	892
42.5.6. Exigibilidade da multa	894
43. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA ..	897
43.1. Introdução	897
43.2. Aspectos procedimentais	898
44. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	899
44.1. Introdução	899
44.2. Termo inicial de contagem da multa de 10% (art. 475-J, <i>caput</i> , do CPC)	899
44.3. Multa e o “pagamento”	901
44.4. Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença	902
44.5. Forma de provocação – requerimento	903
44.6. Expedição do mandado de penhora e avaliação, observado o disposto no art. 614, II, do CPC	903
44.7. Intimação do demandado e prazo para apresentação da impugnação ..	904
44.8. Avaliação pelo próprio oficial de justiça e somente em casos excepcionais por avaliador	905
44.9. Remessa dos autos ao arquivo	906
44.10. Honorários advocatícios	907
45. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER	909
45.1. Introdução	909
45.2. Execução das obrigações de fazer	910
45.3. Execução das obrigações de não fazer	914
45.4. Obrigações de emitir declaração de vontade	916
46. PROCESSO DE EXECUÇÃO DE ENTREGA DE COISA	919
46.1. Execução de entrega de coisa certa	919
46.2. Execução de entrega de coisa incerta	922

47. EXECUÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	925
47.1. Início do processo de execução	925
47.1.1. Petição inicial	925
47.1.2. Averbação da execução	928
47.1.3. Arresto executivo.....	929
47.1.4. Citação e pagamento	930
47.1.5. Atuação do oficial de justiça.....	932
47.1.6. Não localização do devedor para a intimação da penhora	933
47.2. Moratória legal.....	934
47.2.1. Introdução	934
47.2.2. Moratória legal	935
47.2.3. Requisitos formais	936
47.2.4. Procedimento	938
47.2.5. Inadimplemento das parcelas	938
47.3. Penhora	939
47.3.1. Definição e efeitos	939
47.3.2. Ordem legal da penhora.....	941
47.3.3. Penhora de dinheiro (<i>on line</i>).....	943
47.3.4. Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	946
47.3.5. Procedimento da penhora.....	948
47.3.6. Substituição do bem penhorado.....	951
47.3.7. Penhoras especiais.....	954
47.4. Avaliação.....	956
47.5. Formas de expropriação	959
47.5.1. Introdução	959
47.5.2. Adjudicação	960
47.5.2.1. Introdução.....	960
47.5.2.2. Novo sistema de adjudicação	961
47.5.2.3. Momento da adjudicação.....	961
47.5.2.4. Valor da adjudicação.....	963
47.5.2.5. Legitimados a adjudicar	964
47.5.2.6. Concurso de pretendentes à adjudicação.....	965
47.5.2.7. Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar	966
47.5.2.8. Auto de adjudicação.....	967
47.5.2.9. Adjudicação provisória.....	968
47.6. Alienação por iniciativa particular	968
47.6.1. Introdução	968
47.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	969

47.6.3. Alienação por corretor credenciado perante a autoridade judiciária.....	970
47.6.4. Requisitos para a alienação	971
47.7. Arrematação	972
47.7.1. Introdução	972
47.7.2. Requisitos formais do edital da hasta pública.....	973
47.7.3. Publicidade do edital.....	975
47.7.4. Dispensa da publicação de editais	976
47.7.5. Comunicações da hasta pública	977
47.7.6. Realização da hasta pública.....	979
47.7.7. Hasta pública eletrônica.....	980
47.7.8. Legitimados a arrematar	981
47.7.9. Procedimento da hasta pública	982
47.7.10. Arrematação ineficaz.....	985
47.7.11. Alienação antecipada.....	987
47.8. Usufruto executivo	989
47.8.1. Introdução	989
47.8.2. Objeto do usufruto executivo.....	990
47.8.3. Cabimento do usufruto executivo	990
47.8.4. Momento do usufruto executivo.....	992
47.8.5. Procedimento do usufruto executivo	993
47.9. Entrega de dinheiro ao credor.....	995
48. EXECUÇÕES ESPECIAIS.....	999
48.1. Execução de prestação alimentícia	999
48.1.1. Introdução	999
48.1.2. Procedimento.....	1000
48.1.2.1. Diferentes procedimentos	1000
48.1.2.2. Execução por sub-rogação.....	1001
48.1.2.3. Execução indireta – prisão civil.....	1002
48.2. Execução contra a fazenda pública.....	1005
48.2.1. Introdução	1005
48.2.2. Procedimento.....	1007
48.2.3. Regime dos precatórios.....	1009
48.2.4. Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1010
48.2.5. Emenda Constitucional 62/2009 (A EC do Calote).....	1011
48.2.6. Dispensa de precatório.....	1013
48.2.7. Preterição no pagamento.....	1013
49. DEFESAS DO EXECUTADO	1015
49.1. Introdução.....	1015

49.2. Embargos à execução	1015
49.2.1. Natureza jurídica dos embargos	1015
49.2.2. Garantia do juízo	1017
49.2.3. Prazo dos embargos.....	1017
49.2.4. Rejeição liminar dos embargos	1020
49.2.4.1. Intempestividade dos embargos	1021
49.2.4.2. Inépcia da petição inicial	1023
49.2.4.3. Embargos manifestamente protelatórios.....	1023
49.2.5. Efeito suspensivo.....	1025
49.2.5.1. Requisitos	1025
49.2.5.2. Ausência de preclusão judicial.....	1028
49.2.5.3. Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo.....	1029
49.2.5.4. Suspensão parcial do processo	1030
49.2.6. Procedimento dos embargos à execução.....	1032
49.2.6.1. Início do procedimento	1032
49.2.6.2. Revelia.....	1035
49.2.6.3. Outras reações.....	1036
49.2.6.4. Decisão dos embargos.....	1037
49.2.6.5. Matérias que podem ser objeto de embargos à execução... 1039	
49.2.6.5.1. Nulidade da execução, por não ser executivo o título apresentado.....	1040
49.2.6.5.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea	1041
49.2.6.5.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de exe- cuções	1042
49.2.6.5.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa	1044
49.3. Impugnação	1045
49.3.1. Natureza jurídica	1045
49.3.2. Matérias alegáveis em sede de impugnação	1046
49.3.2.1. Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia. 1046	
49.3.2.2. Inexigibilidade do título	1047
49.3.2.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea	1048
49.3.2.4. Ilegitimidade das partes.....	1048
49.3.2.5. Excesso de execução	1048
49.3.2.6. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença	1049
49.3.3. Procedimento.....	1049
49.4. Exceção e objeção de pré-executividade	1051
49.4.1. Análise histórica.....	1051
49.4.2. Problemas de terminologia.....	1052
49.4.3. Distinção entre exceção de pré-executividade e objeção de pré- executividade	1053

49.4.4. Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade	1054
49.4.5. Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade....	1057

LIVRO V

TUTELA DE URGÊNCIA

50. TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR.....	1063
50.1. Introdução.....	1063
50.2. Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	1065
50.2.1. Diferenças.....	1065
50.2.1.1. Natureza jurídica.....	1065
50.2.1.1.1. “Cautelares satisfativas”.....	1066
50.2.1.2. Requisitos para concessão	1068
50.2.1.3. Atividade oficiosa do juiz	1068
50.2.1.4. Autonomia	1070
50.2.2. Identidades	1071
50.2.2.1. Provisoriedade.....	1071
50.2.2.2. Cognição sumária – juízo de probabilidade.....	1072
50.2.2.3. Inexistência de satisfação jurídica.....	1072
50.2.2.4. Requisitos para concessão	1073
50.3. Conclusões da comparação.....	1074
50.3.1. Aplicação subsidiária da teoria geral cautelar à antecipação de tutela.....	1074
50.3.1.1. Caução	1074
50.3.1.2. Audiência de justificação	1075
50.3.1.3. Responsabilidade objetiva	1076
50.3.1.4. Competência	1076
50.3.1.5. Efeitos da apelação	1077
50.3.2. Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência.....	1078
51. TUTELA ANTECIPADA.....	1081
51.1. Introdução.....	1081
51.2. Espécies de tutela antecipada.....	1081
51.3. Antecipação de tutela de parcela incontroversa da pretensão (art. 273, § 6.º, do CPC)	1083
51.4. Efeitos antecipáveis.....	1086
51.5. Processos e procedimentos compatíveis	1089
51.6. Requisitos positivos.....	1091
51.6.1. Prova inequívoca da verossimilhança da alegação.....	1091

51.6.2. Receio de dano irreparável ou de difícil reparação.....	1094
51.6.3. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu	1095
51.6.3.1. Abuso do direito de defesa	1095
51.6.3.2. Manifesto propósito protelatório do réu	1096
51.7. Requisito negativo – irreversibilidade	1097
51.8. Legitimação	1099
51.9. Discricionariedade e fundamentação da decisão.....	1101
51.10. Momento da antecipação.....	1102
51.10.1. <i>Inaudita altera parte</i>	1103
51.10.2. Sentença	1105
51.10.3. Fase recursal.....	1108
51.11. Eficácia temporal da tutela antecipada.....	1110
51.12. Revogação ou modificação	1112
51.13. Efetivação.....	1114
51.14. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública.....	1116

52. TEORIA GERAL DA TUTELA CAUTELAR..... 1121

52.1. Características.....	1121
52.1.1. Sumariedade.....	1121
52.1.2. Provisoriedade	1122
52.1.3. Instrumentalidade	1123
52.1.4. Revogabilidade.....	1124
52.2. Competência	1127
52.2.1. Críticas ao art. 800, <i>caput</i> , do CPC.....	1127
52.2.2. Ações cautelares probatórias.....	1128
52.2.3. Competência e prevenção do juízo.....	1129
52.2.3.1. Juízo competente e prevenção.....	1129
52.2.3.2. Juízo incompetente e prevenção	1130
52.2.3.3. Prevenção do juízo e cautelares probatórias	1131
52.2.4. Competência cautelar em grau recursal.....	1132
52.3. Mérito cautelar.....	1133
52.4. Procedimento	1134
52.4.1. Petição inicial	1134
52.4.2. Contraditório na demanda cautelar	1136
52.4.3. Revelia.....	1137
52.4.4. Instrução probatória.....	1137
52.4.5. Sentença.....	1138
52.5. Liminar.....	1139

52.6. Coisa julgada material	1141
52.7. Poder geral de cautela.....	1143
52.8. Prazo de eficácia da medida cautelar	1145
52.9. Cessaç�o da efic�cia da tutela cautelar.....	1147
52.9.1. N�o propositura da a�o principal em 30 dias (art. 808, I, do CPC)	1147
52.9.2. Aus�ncia de execu�o da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 808, II).....	1147
52.9.3. Extin�o do processo principal com ou sem resolu�o do m�rito ..	1148
52.10. Responsabilidade objetiva	1149
52.10.1. Introdu�o.....	1149
52.10.2. Hip�teses legais de responsabilidade objetiva	1149
52.10.2.1. Senten�a no processo principal for desfavor�vel (art. 811, I, do CPC).....	1149
52.10.2.2. Obten�o da cautelar liminarmente e n�o promo�o de cita�o do requerido em cinco dias (art. 811, II, do CPC) ..	1150
52.10.2.3. Cessa�o da efic�cia nos casos do art. 808 do CPC (art. 811, III, do CPC).....	1150
52.10.2.4. Senten�a de prescri�o e decad�ncia (art. 811, IV, do CPC) ..	1151
52.10.3. Liquida�o e execu�o	1151
53. ARRESTO	1153
53.1. Conceito.....	1153
53.2. Pressupostos para a concess�o do arresto	1154
53.3. Aspectos procedimentais.....	1156
54. SEQUESTRO	1159
54.1. Conceito.....	1159
54.2. Distin�o entre arresto e sequestro	1160
54.3. Pressupostos para a concess�o do sequestro	1161
55. CAU�O	1165
55.1. Conceito.....	1165
55.2. Classifica�o.....	1166
55.3. <i>Cautio pro expensis</i> (cau�o para pagamento de custas e honor�rios advocat�cios)	1168
55.4. Aspectos procedimentais.....	1169

56. BUSCA E APREENSÃO	1171
56.1. Conceito	1171
56.2. Espécies	1172
56.3. Procedimento	1173
57. EXIBIÇÃO DE COISA OU DOCUMENTO	1175
57.1. Conceito de Exibição	1175
57.2. As diferentes espécies de exibição de coisa ou de documento	1176
57.2.1. Exibição como meio de prova durante a fase instrutória	1176
57.2.2. Exibição preparatória para conhecimento de dados a instruir a ação principal	1177
57.2.3. Exibição fundada em direito material sobre a coisa ou sobre o documento	1177
57.2.4. Exibição cautelar de coisa ou de documento	1178
57.3. Procedimento da ação autônoma exhibitória	1179
57.3.1. Legitimidade	1179
57.3.2. Petição inicial e liminar	1180
57.3.3. Respostas do demandado	1181
57.3.4. Ausência de exibição	1182
57.3.5. Sentença	1183
58. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	1185
58.1. Introdução	1185
58.2. Legitimidade	1186
58.2.1. Legitimidade ativa	1186
58.2.2. Legitimidade passiva	1187
58.3. Competência	1188
58.3.1. Inaplicabilidade da regra estabelecida pelo art. 800 do CPC	1188
58.3.2. Prevenção do juízo da produção antecipada de provas	1189
58.4. Aspectos procedimentais	1190
58.4.1. Petição inicial	1190
58.4.2. Mérito da produção antecipada de provas	1191
58.4.3. Liminar	1193
58.4.4. Respostas do requerido	1193
58.4.5. Preparação e realização da prova	1195
58.4.6. Sentença	1197

59. ALIMENTOS PROVISIONAIS	1199
59.1. Conceito e natureza jurídica.....	1199
59.2. Alimentos provisionais e alimentos provisórios.....	1200
59.3. Procedimento.....	1202
60. ARROLAMENTO DE BENS	1205
60.1. Visão geral.....	1205
61. JUSTIFICAÇÃO	1207
61.1. Introdução.....	1207
61.2. Natureza jurídica não cautelar.....	1208
61.3. Jurisdição voluntária.....	1209
61.4. Espécie de prova produzida.....	1210
61.5. Interesse na produção da prova testemunhal.....	1211
61.6. Competência.....	1212
61.7. Procedimento.....	1213
61.7.1. Petição inicial.....	1213
61.7.2. Citação dos interessados.....	1214
61.7.3. Participação do Ministério Público.....	1215
61.7.4. Não admissão de defesa.....	1215
61.7.5. Irrecorribilidade.....	1216
61.7.6. Sentença.....	1217
62. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES	1219
62.1. Conceito.....	1219
62.2. Natureza jurídica.....	1220
62.3. Procedimento.....	1221
63. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	1225
63.1. Introdução.....	1225
63.2. Natureza jurídica.....	1226
63.3. Penhor legal e autotutela.....	1227
63.4. Procedimento.....	1228
64. POSSE EM NOME DE NASCITURO	1231
64.1. Introdução.....	1231
64.2. Natureza jurídica.....	1231

64.3. Legitimidade	1233
64.4. Procedimento	1233
65. ATENTADO	1235
65.1. Conceito e cabimento.....	1235
65.2. Natureza jurídica	1237
65.3. Procedimento	1238
66. PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS	1241
66.1. Introdução.....	1241
66.2. Protesto de título	1242
66.3. Apreensão de títulos	1243

LIVRO VI

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

67. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	1247
67.1. Introdução.....	1247
67.2. Consignação extrajudicial.....	1247
67.3. Competência	1249
67.4. Legitimidade	1250
67.5. Objeto da demanda consignatória.....	1250
67.6. Procedimento	1251
67.7. Complementação do depósito.....	1254
67.8. Consignação de prestações periódicas.....	1255
67.9. Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito	1256
67.10. Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios	1257
68. AÇÃO DE DEPÓSITO.....	1261
68.1. Introdução.....	1261
68.2. Legitimidade e Competência.....	1262
68.3. Procedimento	1263
68.4. Depositário judicial.....	1265
68.5. Prisão civil	1266

69. AÇÃO DE ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR	1267
69.1. Introdução.....	1267
69.2. Ação de reivindicação.....	1268
69.3. Ação de substituição de título ao portador.....	1268
69.4. Ação de anulação e substituição de título ao portador.....	1269
70. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	1273
70.1. Introdução.....	1273
70.2. Legitimidade.....	1274
70.3. Natureza dúplice.....	1275
70.4. Competência.....	1276
70.5. Ação de exigir contas.....	1276
70.6. Ação de dar contas.....	1279
71. AÇÕES POSSESSÓRIAS	1281
71.1. Proteção possessória.....	1281
71.2. Fungibilidade.....	1282
71.3. Ação dúplice?.....	1283
71.4. Competência.....	1284
71.5. Legitimação.....	1284
71.6. Exceção de domínio.....	1285
71.7. Cumulação de pedidos.....	1286
71.8. Procedimento.....	1287
71.8.1. Reintegração e manutenção de posse.....	1287
71.8.2. Interdito proibitório.....	1290
72. AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA	1293
72.1. Introdução.....	1293
72.2. Cabimento.....	1294
72.3. Legitimidade.....	1295
72.4. Procedimento.....	1296
72.5. Embargo extrajudicial.....	1298
73. AÇÃO DE USUCAPIÃO	1299
73.1. Definição de usucapião.....	1299
73.2. Requisitos gerais e específicos da usucapião.....	1300
73.3. Legitimação.....	1301

73.4. Competência.....	1303
73.5. Petição inicial.....	1303
73.6. Citações e intimações.....	1304
73.7. Sentença e transcrição no registro de imóveis.....	1305
73.8. Usucapião como matéria de defesa.....	1305
74. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	1307
74.1. Introdução.....	1307
74.2. Procedimento da ação de demarcação.....	1309
74.3. Procedimento da ação de divisão.....	1310
75. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA.....	1313
75.1. Introdução.....	1313
75.2. Inventário negativo.....	1314
75.3. Competência e universalidade do foro sucessório.....	1315
75.4. Questões de alta indagação.....	1315
75.5. Administrador provisório.....	1316
75.6. Inventariante.....	1317
75.7. Arrolamento sumário.....	1318
75.8. Arrolamento comum.....	1320
75.9. Procedimento do inventário.....	1320
75.10. Colação.....	1323
75.11. Sonegação.....	1324
75.12. Pagamento das dívidas.....	1325
75.13. Herdeiro preterido.....	1326
75.14. Partilha.....	1326
76. EMBARGOS DE TERCEIRO.....	1331
76.1. Conceito.....	1331
76.2. Hipóteses especiais de embargos de terceiro.....	1332
76.3. Legitimação.....	1334
76.4. Competência.....	1336
76.5. Prazo para ingresso dos embargos de terceiro.....	1337
76.6. Procedimento.....	1339
77. AÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	1341
77.1. Introdução.....	1341

77.2. Procedimento	1342
78. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS	1345
78.1. Introdução.....	1345
78.2. Legitimidade	1346
78.3. Competência	1347
78.4. Procedimento	1347
79. VENDAS A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO	1351
79.1. Introdução.....	1351
79.2. Procedimento da execução do preço	1352
79.3. Procedimento para recuperação da coisa vendida	1352
80. AÇÃO MONITÓRIA.....	1355
80.1. Conceito.....	1355
80.2. Natureza jurídica	1356
80.3. Admissibilidade.....	1358
80.4. Fazenda Pública e ação monitória.....	1360
80.5. Incapaz e ação monitória	1361
80.6. Ingresso da monitória.....	1362
80.7. Expedição do mandado monitório e citação do réu.....	1363
80.8. Posturas do réu.....	1364
80.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório	1365
80.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente	1366
80.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material.....	1366
80.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória	1368
80.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento.....	1369
80.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório.....	1373
80.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório	1374
80.16. Fase de cumprimento de sentença	1376
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1379